

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS BACABAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

RAFAEL DE SOUSA DA SILVA

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma abordagem sobre o
consumo consciente

BACABAL-MA
2024

RAFAEL DE SOUSA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma abordagem sobre o
consumo consciente**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, para obtenção de
Grau de Licenciatura em Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. Raimundo José
Barbosa Brandão

BACABAL-MA

2024

RAFAEL DE SOUSA DA SILVA

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma
abordagem sobre o consumo consciente

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, para obtenção de
Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo José
Barbosa Brandão

Data: 05/ 02/ 2025

Nota: 9.0

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Raimundo José Barbosa Brandão (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão

Vilmar Martins da Silva

Vilmar Martins da Silva/1º Examinador

Wemy Maria Santos Guilherme Teixeira

Wemy Maria Santos Guilherme Teixeira/2º Examinador

SILVA, Rafael de Sousa da.

A educação financeira na Educação Infantil: uma abordagem sobre o consumo consciente / Rafael de Sousa da Silva. - Bacabal - MA, 2024.
34 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo José Barbosa Brandão.

1. Educação Financeira. 2. Educação Infantil. 3. Consumo Consciente. I. Título.

CDU: 373.2:336.01

RESUMO

Este estudo explora a educação financeira na educação infantil, enfatizando sua importância para a construção de cidadãos críticos, responsáveis e conscientes. Diante de uma sociedade marcada pelo consumo desenfreado, a introdução de conceitos financeiros contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como planejamento financeiro, poupança e a distinção entre desejos e necessidades. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, analisa a educação financeira como uma ferramenta essencial para fomentar a autonomia, valores éticos e sociais. A Educação Financeira está diretamente conectada à promoção do consumo consciente, e é apresentada como uma ferramenta indispensável para a formação de habilidades sociais para a promoção da autonomia. Além disso, ressalta-se a colaboração entre família e escola como um aspecto indispensável para o sucesso desse processo educativo. Conclui-se que a educação financeira na infância não apenas promove a alfabetização financeira, mas também fortalece o senso de responsabilidade social e contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada e consciente. Assim, investir na educação financeira desde cedo é fundamental para o desenvolvimento de indivíduos e de uma sociedade mais consciente.

Palavras-chave: Educação financeira, Educação Infantil, Consumo Consciente.

ABSTRACT

This study explores financial education in early childhood education, emphasizing its importance for the construction of critical, responsible and conscious citizens. In a society marked by unrestrained consumption, the introduction of financial concepts contributes significantly to the development of fundamental skills such as financial planning, saving and the distinction between desires and needs. The research, of bibliographical nature and qualitative approach, analyzes financial education as an essential tool to foster autonomy, ethical and social values. Financial Education is directly connected to the promotion of conscious consumption, and is presented as an indispensable tool for the formation of social skills for the promotion of autonomy. In addition, the collaboration between family and school is emphasized as an indispensable aspect for the success of this educational process. It is concluded that financial education in childhood not only promotes financial literacy, but also strengthens the sense of social responsibility and contributes to the construction of a more balanced and conscious society. Thus, investing in financial education from an early age is fundamental for the development of individuals and a more conscious society.

Keywords: Financial Education, Child Education, Conscious Consumption

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1	Educação Infantil.....	8
2.2	Origem e Evolução da Educação Infantil.....	9
2.3	Políticas Públicas para a Infância na Educação Infantil no Brasil.....	12
2.4	A Educação infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	15
3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	17
3.1	Concepção de Educação Financeira.....	18
3.2	Educação Financeira no Brasil.....	20
3.3	Educação Financeira na Infância.....	21
3.4	A Importância da Alfabetização e Letramento Financeiro.....	23
4	COMO LIDAR COM O DINHEIRO.....	24
4.1	Consumo Consciente.....	25
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem enfrentado desafios significativos relacionados ao consumo excessivo e desenfreado, que muitas vezes leva a consequências negativas tanto para o indivíduo quanto para o meio que estão inseridos. Nesse contexto, torna-se essencial introduzir a educação financeira desde cedo, a fim de promover o consumo consciente e responsável entre as crianças, contribuindo para a formação como cidadãos mais conscientes e responsáveis. A educação infantil desempenha um papel fundamental na construção das bases do conhecimento e dos valores das crianças, tornando-se um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades financeiras.

A Educação Financeira na Educação Infantil é socialmente relevante por uma série de razões. Em primeiro lugar, a alfabetização financeira é uma habilidade crítica para a vida é necessária para que os indivíduos sejam capazes de navegar por um cenário financeiro cada vez mais complexo. Ao ensinar às crianças conceitos financeiros como orçamento, poupança e investimento, estamos preparando-as para o sucesso financeiro e a independência no futuro.

Ao incorporar práticas de consumo consciente à educação financeira, estamos ensinando às crianças a serem consumidores responsáveis e éticos. O consumo consciente envolve fazer escolhas informadas sobre o que compramos e consumimos, levando em consideração os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas escolhas de consumo. Ao incluir esses valores nas crianças desde cedo, estamos ajudando a criar uma geração de consumidores conscientes do impacto de suas escolhas no mundo ao seu redor.

Estudar a educação financeira na educação infantil é significativo em todos os aspectos, pois contribui para a promoção do sucesso financeiro, e consumo responsável. Ao investir na educação financeira, estamos investindo em um futuro melhor para todos. Além disso, a educação financeira na primeira infância pode ajudar a desenvolver a capacidade de planejamento e organização, bem como a noção de responsabilidade e compromisso. As crianças que aprendem a gerenciar suas finanças desde cedo tendem a se tornar adultos preparados para lidar com as demandas financeiras da vida adulta.

Existem muitas maneiras de ensinar educação financeira para crianças na primeira infância, como por exemplo, através de jogos educativos, histórias, e atividades práticas. É importante que os pais e educadores estejam envolvidos

nesse processo, oferecendo orientação e suporte para que as crianças possam aprender de forma eficaz. Durante essa fase, elas estão formando suas primeiras percepções sobre o mundo ao seu redor, e os conceitos financeiros precisam ser apresentados de forma que façam sentido para elas.

A abordagem deve ser gradual e integrada ao cotidiano, com o objetivo de despertar a curiosidade e o entendimento sobre o valor do dinheiro, a importância da poupança, e a diferença entre desejos e necessidades. A linguagem utilizada deve ser simples e clara, evitando termos complicados que possam confundir a criança. Além disso, é crucial que os conceitos sejam apresentados de forma prática, permitindo que a criança vivencie as lições de maneira tangível.

Em resumo, a educação financeira na Educação Infantil pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de indivíduos responsáveis e conscientes, capazes de administrar seus recursos de forma eficiente e tomar decisões financeiras mais informadas ao longo da vida, prepara as crianças para a vida adulta, combate à desigualdade social, promove a autonomia financeira e contribui para a saúde mental e emocional das crianças. Investir na educação financeira é investir no futuro de uma sociedade mais consciente, responsável e financeiramente estável.

Este estudo, de caráter bibliográfico, busca o levantamento e análise crítica de documentos publicados sobre o tema com o intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa. Foram utilizados autores como Freire (1996), Lopes (2023) e D'aquino (2023) dentre outros. O tema proposto surge do desejo por práticas eficazes na Educação Financeira na Educação Infantil. O objetivo é promover a conscientização para formação de crianças mais conscientes e críticas, capazes de interpretar e tomar decisões em relação a questões financeiras em seu cotidiano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação infantil

A Educação Infantil é amplamente reconhecida como uma etapa essencial na formação das crianças, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento integral dos indivíduos. Considerada a primeira etapa da educação básica, busca promover o crescimento em diferentes dimensões - física, psicológica, intelectual e social. Nesse contexto, atua como uma extensão e complementação do trabalho

realizado pela família e pela comunidade, proporcionando uma base sólida para as etapas futuras da educação formal.

Lev Vygotsky (1978), psicólogo e teórico da educação, enfatiza que o desenvolvimento cognitivo das crianças é fortemente influenciado pela interação com outras pessoas e pelo ambiente social ao seu redor. Segundo o autor, a criança aprende de forma significativa em um espaço denominado zona de desenvolvimento proximal, que corresponde à diferença entre o que ela consegue realizar sozinha e o que é capaz de fazer com o auxílio de outra pessoa.

De acordo com o Artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, a educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade. Percebe-se, portanto, que esta fase se caracteriza pela oferta de experiências educativas que favorecem a autonomia, a socialização, a formação de vínculos afetivos e a descoberta em diversas áreas do conhecimento.

Além disso, o ensino infantil não se limita a preparar a criança para a alfabetização, mas sim busca proporcionar vivências que respeitem sua faixa etária, estimulando o brincar, a curiosidade e a interação social. O ambiente escolar torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, emocionais e sociais, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

A Educação Infantil funciona como uma ponte entre a família e a sociedade, estabelecendo uma parceria fundamental para o pleno desenvolvimento da criança. A colaboração entre os responsáveis e a escola reforça os valores e práticas que promovem uma educação de qualidade, garantindo que as crianças tenham acesso a um ambiente rico em estímulos e oportunidades de aprendizado

2.2 Origem e Evolução da Educação Infantil

Enquanto etapa formal do processo educativo, a Educação Infantil tem suas raízes ligadas a contextos históricos, culturais e sociais específicos. Inicialmente, sua função era meramente assistencialista, voltada para cuidar de crianças enquanto os pais trabalhavam. Contudo, com o avanço das discussões pedagógicas e a inserção de diferentes perspectivas filosóficas e científicas, a

educação infantil foi ganhando um papel mais significativo no desenvolvimento integral da criança

Para Andrade (2010):

A origem das instituições de atendimento à infância, na Europa do início até a metade do século XIX, foi marcada por distintas ideias de infância, modelos de organização dos lugares e opiniões sobre o que fazer com as crianças enquanto permanecessem nessas instituições. (Andrade, 2010, p. 127)

Em tempos antigos, a infância era vista de maneira muito diferente da atual, na sociedade tradicional, a criança não era considerada como um ser distinto, com necessidades e características próprias. Philippe Ariès (1978), em sua obra sobre a história da infância, ressalta:

A primeira refere-se inicialmente à nossa velha sociedade tradicional. Afirmei que essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. (Ariès, 1978, p.6)

Essa visão prevalecia em um contexto em que as crianças eram inseridas precocemente na dinâmica da vida adulta. Não havia uma concepção clara de infância como fase de desenvolvimento, e a educação, era focada principalmente na transmissão de habilidades práticas e valores culturais.

A ausência de uma visão clara sobre a infância refletia-se também na maneira como os processos educativos eram conduzidos. Durante séculos, a transmissão de valores e conhecimentos não era centralizada na família, mas ocorria de forma dispersa e espontânea. Ariès (1978) argumenta que a socialização da criança se dava principalmente pela convivência com os adultos no trabalho e nas práticas cotidianas, o que tornava a aprendizagem algo natural e integrado à dinâmica da vida comunitária. Esse modelo informal de educação não previa uma estrutura ou organização voltada especificamente para atender às necessidades da infância, reforçando a ideia de que essa etapa da vida era pouco valorizada socialmente.

Essa inserção precoce no universo adulto limitava o desenvolvimento da sensibilidade e da memória da criança em relação à sua família e ao seu papel social.

Conforme afirma Ariès (1978):

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem,

graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. (Áries, 1978, p.8)

Essa convivência, embora eficaz para transmitir práticas imediatas, não possibilita o cultivo de uma educação mais ampla e reflexiva, que só começaria a ganhar forma com o surgimento de instituições e pedagogias voltadas especificamente para a infância.

A educação infantil formal começou a ser consolidada no final do século XVII e início do XVIII, com pensadores que influenciaram diretamente o campo pedagógico. Um dos primeiros teóricos a lançar luz sobre essa temática foi John Locke. Em sua obra *Alguns Pensamentos Sobre a Educação* (1693), Locke introduziu a ideia de que a mente da criança é uma “tábula rasa”, ou seja, uma folha em branco que pode ser moldada pela experiência e pela educação. Para Locke, o ambiente e os estímulos oferecidos à criança nos primeiros anos de vida seriam determinantes para a formação de seu caráter e intelecto.

No século seguinte, Jean-Jacques Rousseau trouxe contribuições fundamentais com sua obra *Emílio, ou Da Educação* (1762). Rousseau rompeu com a visão tradicional de que a criança era um adulto em miniatura, defendendo que a infância deveria ser respeitada como uma fase específica e natural do desenvolvimento humano. Ele argumentava que a educação deveria ser centrada na criança, respeitando suas necessidades e ritmos próprios, em um ambiente que promovesse sua liberdade e contato com a natureza.

Maria Montessori, em sua obra *A Criança* (1912), reforçou a necessidade de mudar a percepção tradicional da infância, abandonando práticas repressivas em favor de métodos que respeitassem a natureza da criança. Para Montessori, a educação deveria proporcionar um ambiente que estimula o aprendizado por meio da experiência, da autonomia e da liberdade, reconhecendo a infância como um período determinante para o desenvolvimento psíquico e moral.

No campo da psicologia, Lev Vygotsky trouxe contribuições indispensáveis com sua teoria sociocultural. Em *A Formação Social da Mente* (1984), Vygotsky enfatizou a importância das interações sociais no desenvolvimento infantil. Ele introduziu conceitos como a "zona de desenvolvimento proximal", ressaltando o papel do adulto e do mediador como facilitadores do aprendizado da criança.

Jean Piaget (1970) trouxe outra perspectiva revolucionária ao estudar os estágios do desenvolvimento cognitivo. Ele argumentou que as crianças passam por diferentes fases de desenvolvimento (sensório-motor, pré-operacional,

operacional concreto e operacional formal), cada uma com características e capacidades específicas. Piaget também destaca a capacidade da criança de construir conhecimento de forma ativa ao interagir com o ambiente. Assim, sua teoria reforça a importância de respeitar o ritmo de aprendizado de cada criança e de oferecer atividades adequadas ao seu estágio de desenvolvimento.

As contribuições desses pensadores foram fundamentais para a transformação da educação infantil, colocando a criança no centro do processo educativo e reconhecendo sua capacidade de aprender ativamente. Suas ideias continuam a influenciar práticas pedagógicas em todo o mundo, com ênfase na importância do brincar, das interações sociais e da adaptação às necessidades individuais da criança.

Ao longo dos séculos, a visão sobre a infância e a educação infantil passou por diversas transformações. Apesar das diferenças entre as concepções, há um ponto em comum: a criança é um sujeito ativo, com necessidades e potencialidades específicas, que deve ser respeitada e estimulada em um ambiente seguro e acolhedor. Essa evolução tem influenciado as práticas pedagógicas contemporâneas, que buscam promover o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

2.3 Políticas Públicas para a Infância na Educação Infantil no Brasil

A Educação Infantil no Brasil é resultado de uma longa trajetória histórica, marcada por diferentes contextos políticos, sociais e culturais que moldaram seu papel na sociedade. Desde suas origens, essa etapa da educação básica foi concebida com o objetivo principal de atender crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente filhos de mães trabalhadoras. Apenas ao longo do tempo, e mediante avanços legais e sociais, a educação infantil passou a ser reconhecida como uma etapa essencial para o desenvolvimento integral da criança, deixando de ser vista apenas como um suporte ao cuidado e à proteção.

A educação infantil brasileira surgiu no século XIX, influenciada por modelos europeus e vinculada a instituições filantrópicas e religiosas. Segundo Oliveira (2010 p. 72), “Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil”. Nesse contexto, o atendimento a crianças

pequenas era raro, e a educação infantil não era vista como uma prioridade, principalmente para as camadas populares.

Essa realidade começou a mudar gradualmente no século XIX. Como destaca Oliveira (2010):

No período precedente à Proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com a criação de entidades de amparo. (Oliveira, 2010, p. 72)

Essa situação vai se modificar a partir da segunda metade do século XIX, período da abolição da escravidão no país, quando se acentua a migração para a zona urbana das grandes cidades e surgem condições para certo desenvolvimento cultural e tecnológico e para a Proclamação da República como forma de Governo.

O processo de consolidação da educação infantil enquanto um direito e uma Política Pública estruturada pode ser dividido em três grandes períodos históricos segundo (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011) O primeiro, que abrange de 1875 a 1985, é caracterizado por iniciativas isoladas e fragmentadas de atendimento à infância, muitas vezes com foco assistencialista. O segundo, que vai de 1986 a 1996, é marcado pela intensa participação social na construção de um arcabouço jurídico que reconheceu a criança como sujeito de direitos, com destaque para a promulgação da Constituição Federal de 1988. Já o terceiro período, que se inicia em 1996 e segue até os dias atuais, é definido pela formulação de diretrizes, políticas e programas que objetivam garantir os direitos das crianças, com o Estado assumindo um papel central e a sociedade civil mobilizando-se ativamente por meio de suas organizações representativas.

Na década de 1940 Políticas Públicas no plano do governo federal iniciam ações voltadas para a educação formal das crianças.

Para a educação das crianças pequenas foram desenvolvidos vários projetos por meio de ações envolvendo diversos ministérios e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) considera como criança a pessoa até os 12 anos. (Barbosa, 2006, p. 15)

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, reforçou o caráter educativo da educação infantil, superando o enfoque meramente assistencialista. A LDB definiu a educação infantil como um direito da criança, com a função de promover seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 1996). Além disso, a lei estabeleceu que essa etapa deveria ser ofertada em creches e pré-escolas,

integrando cuidado e educação como elementos indissociáveis. A partir desse momento, a educação infantil passou a ser vista como um espaço legítimo de aprendizagem, onde as crianças têm garantido o direito a uma formação que respeita suas particularidades e potencialidades.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, (LDB) coloca a criança como sujeito de direitos contrapondo as legislações anteriores que consideravam as crianças com objeto de tutela. 'a LDB (Brasil, 1996) que proclama a Educação Infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos como dever do Estado.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas ao garantir a educação como um direito de todos e dever do Estado. A partir desse marco, a educação infantil foi reconhecida como a primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 5 anos. De acordo com o artigo 208, inciso IV da Constituição, o poder público deve oferecer "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (BRASIL, 1988). Este dispositivo ampliou o conceito de educação básica e reconheceu a infância como uma fase de direitos e necessidades específicas, atribuindo ao Estado a responsabilidade de proporcionar educação infantil de qualidade e acessível a todos, fortalecendo a perspectiva de equidade social.

No início dos anos 2000, o Plano Nacional de Educação (PNE) trouxe metas específicas para a educação infantil, com o objetivo de assegurar o acesso universal a essa etapa e melhorar a qualidade do atendimento. Entre as principais ações previstas estavam a ampliação da oferta de vagas, especialmente em creches, e a valorização da formação dos profissionais que atuam nesse segmento. O PNE reconheceu que a educação infantil é um pilar essencial para a promoção da igualdade de oportunidades e o combate às desigualdades sociais, reforçando a necessidade de investimentos estruturais e pedagógicos.

Em 2009, a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) consolidou diretrizes voltadas à qualidade do atendimento, destacando o direito de cada criança a uma educação que respeite sua diversidade cultural e social. A política ressaltou a importância do planejamento pedagógico para a promoção do desenvolvimento integral das crianças e priorizou a formação continuada dos profissionais da educação infantil. Como destacado no documento:

A prática pedagógica deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar. [...]. É dever do Estado, direito da criança e opção da família o atendimento gratuito em instituições de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos. (Brasil, 2009, p. 17)

Essas diretrizes reafirmaram a necessidade de garantir às crianças um ambiente educacional que favoreça o aprendizado, a convivência social e a expressão de suas potencialidades.

A educação infantil no Brasil percorreu um longo caminho desde sua origem assistencialista até ser reconhecida como um direito essencial para o desenvolvimento humano integral. Com a consolidação de marcos legais e a incorporação de contribuições teóricas relevantes, essa etapa passou a desempenhar um papel crucial na promoção da equidade educacional e no combate às desigualdades sociais. Contudo, para que os avanços se traduzam em práticas efetivas, é necessário enfrentar os desafios relacionados ao acesso, à qualidade e à formação docente, assegurando que todas as crianças tenham o direito de viver plenamente sua infância em um ambiente seguro, acolhedor e estimulante.

No Brasil, a ideia de cuidar de crianças no ambiente extrafamiliar está intrinsecamente ligada à criação das instituições de educação infantil. KUHLMANN (2001):

[...] o reconhecimento das creches e pré-escolas como parte do sistema educacional, na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pode ser caracterizado como a superação de um obstáculo necessário. Se a creche passa a fazer parte do sistema educacional do país, ela deixa de ser apresentada como alternativa para pobres, incapazes, para ser posta como complementar a ação da família, tornando-se uma instituição legítima e não um simples paliativo. Mas não é por isso que as instituições se tornam educacionais, elas sempre o foram e continuarão sendo, onde quer que estejam. A passagem para o sistema educacional não representa de modo algum a superação dos preconceitos sociais envolvidos na educação da criança pequena. (Kuhlmann, 2001, p. 204)

Apesar das dificuldades observadas na educação infantil, percebe-se que nas últimas décadas ela vem se consolidando como uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico da criança.

2.4 A Educação infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. É nesse período que se estabelecem as

bases para a formação de indivíduos autônomos, críticos e participativos na sociedade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define os direitos de aprendizagem e os objetivos de desenvolvimento para todas as fases da educação no Brasil, reforça a relevância dessa etapa ao estabelecer diretrizes para a prática pedagógica na Educação Infantil.

A BNCC, homologada em 2017, organiza a Educação Infantil em dois eixos estruturantes: as interações e as brincadeiras. Esses eixos orientam as práticas educativas, destacando a importância do brincar como linguagem primordial da criança e das interações como meio de construção de conhecimentos e valores. Segundo a BNCC, a criança é reconhecida como sujeito histórico e de direitos, que aprende e se desenvolve em contextos sociais e culturais específicos. Portanto, o currículo deve ser flexível, considerando as singularidades de cada criança e os saberes que ela traz de sua experiência familiar e comunitária.

A BNCC também estabelece seis direitos de aprendizagem para a Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos garantem que as crianças tenham oportunidades de vivenciar experiências significativas, que promovam sua autonomia e sua capacidade de interagir com o mundo ao seu redor. Além disso, a BNCC propõe cinco campos de experiências que orientam o trabalho pedagógico: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos buscam integrar as diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, valorizando a ludicidade e a diversidade.

A implementação da BNCC na Educação Infantil exige dos educadores uma postura reflexiva e comprometida com a qualidade do ensino. É fundamental que os professores compreendam a BNCC não como um modelo rígido, mas como um instrumento de garantia de direitos, permitindo adaptações à realidade local e às necessidades das crianças. Além disso, a formação continuada dos profissionais da educação é indispensável para que possam atuar de forma alinhada às diretrizes da BNCC, criando um ambiente acolhedor e estimulante para o aprendizado infantil.

Em síntese, a BNCC representa um avanço significativo para a Educação Infantil ao reconhecer a criança como protagonista do processo educativo e ao valorizar o brincar e as interações como aspectos centrais do desenvolvimento. No entanto, sua implementação efetiva depende de políticas públicas que assegurem

condições adequadas de trabalho, formação docente e recursos pedagógicos. Quando alinhada aos princípios da BNCC, a Educação Infantil tem o potencial de transformar vidas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Enquanto prática que envolve a gestão de recursos, planejamento e organização econômica, tem suas raízes nas civilizações mais antigas da humanidade. Desde os primórdios, povos como os Sumérios na Mesopotâmia e os Egípcios no Vale do Nilo demonstraram um entendimento rudimentar, mas significativo, de conceitos que hoje associamos à educação financeira. Na antiga Mesopotâmia, por exemplo, registros em tábuas de argila de cerca de 3000 a.C. mostram a existência de transações comerciais e sistemas de contabilidade primitivos, como a venda de terras e gado. De acordo com o portal de educação financeira Jera Capital Family Office:

As primeiras evidências de práticas que se assemelham ao planejamento financeiro remontam à Mesopotâmia e ao Egito Antigo. Nessas civilizações, registros em tábuas de argila e papiros mostram como os recursos eram alocados para a agricultura, construção de monumentos e comércio. Tais escritos indicam um entendimento rudimentar, embora sofisticado para a época, sobre gestão de recursos e planejamento para futuras necessidades. (Jera Capital Family Office, 2024)

Esses registros evidenciam um esforço inicial para organizar os recursos e planejar a economia de forma estratégica, com práticas que refletem os fundamentos da gestão financeira atual.

No Egito Antigo, a educação financeira estava profundamente ligada à agricultura, base da economia local. O controle das inundações do Rio Nilo e o uso de calendários para gerenciar os ciclos de plantio e colheita demonstram um planejamento econômico avançado para a época. Além disso, os egípcios desenvolveram sistemas de armazenamento e distribuição de grãos, funcionando como uma forma de proteção contra crises de fome e representando um dos primeiros exemplos de planejamento para a sustentabilidade econômica. Esses exemplos mostram como as civilizações antigas já buscavam métodos para gerenciar recursos e garantir a sobrevivência a longo prazo, estabelecendo as bases para o que hoje entendemos como Educação Financeira.

Essas práticas econômicas nas civilizações antigas não apenas atendiam às necessidades imediatas de sobrevivência, mas também introduziram elementos de organização e disciplina financeira que continuam relevantes atualmente.

A existência de leis que regulavam empréstimos e taxas de juros, como as descritas no Código de Hamurabi na Mesopotâmia, reforça a ideia de que a educação financeira não é apenas uma ferramenta moderna, mas uma construção histórica que evoluiu ao longo dos séculos. Assim, a origem da educação financeira pode ser vista como uma resposta às demandas sociais e econômicas das primeiras civilizações marcando o início de um processo que continua a moldar sociedades contemporâneas.

3.1 Conceção de educação financeira

A Educação Financeira pode ser entendida como um conjunto de práticas e conhecimentos que capacitam indivíduos a administrar seus recursos financeiros de forma eficiente. Não se limita ao ensino de conceitos matemáticos relacionados ao dinheiro, mas abrange o desenvolvimento de habilidades e atitudes para a tomada de decisões econômicas. É também uma ferramenta para promover a autonomia, a cidadania e o bem-estar coletivo, uma vez que influencia comportamentos como consumo consciente, poupança e planejamento futuro.

Nesse sentido, Levino e Santos (2019) afirmam que:

O processo da educação financeira não trata apenas de uma fórmula a ser seguida ou uma ferramenta financeira, mas tem como objetivo tornar o cidadão mais ciente para uma tomada de decisão, proporcionando condições para que ele tenha maior autonomia e compreensão em relação à gestão de seus recursos. (Levino, Santos ,2019 p.5)

Essa definição destaca que a educação financeira não é apenas o aprendizado técnico de conceitos econômicos, mas envolve a construção de competências como análise crítica, tomada de decisão e resolução de problemas, essenciais para a autonomia financeira.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil reconhece a importância desse tema como uma competência transversal, abordando questões como poupança, consumo consciente e planejamento financeiro desde os anos iniciais da educação básica.

Dessa forma, as concepções de educação financeira convergem para a ideia de que ela é uma ferramenta indispensável para o empoderamento individual

e coletivo. Seja como parte do currículo escolar, seja como formação ao longo da vida, ela contribui para uma sociedade mais preparada, consciente e resiliente frente aos desafios econômicos contemporâneos.

A Educação Financeira tem se tornado cada vez mais relevante em um contexto social marcado por desafios econômicos e pela necessidade crescente de uma gestão consciente dos recursos. Esse processo envolve o desenvolvimento de habilidades e atitudes essenciais para compreender o dinheiro e as finanças. Ao adquirir esse conhecimento, as pessoas se tornam mais preparadas para administrar seus recursos de forma eficaz, tomar decisões informadas e adotar um comportamento financeiramente responsável.

Além disso, o § 2º do artigo 1º dispõe que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996, Art. 1º, § 2º). Nesse sentido, a educação financeira se insere como um elemento fundamental no processo educativo, especialmente no âmbito escolar, ao preparar os estudantes para enfrentar os desafios econômicos da vida cotidiana e do mercado de trabalho.

Complementando esse entendimento, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define educação financeira como:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005)

Essa definição ressalta que a educação financeira não se limita ao aprendizado técnico ou à transmissão de conteúdos, mas abrange o desenvolvimento de competências essenciais para a autonomia e a cidadania financeira. Ao fornecer as ferramentas necessárias para entender produtos e riscos financeiros, ela capacita os indivíduos a identificarem oportunidades, mitigar riscos e adotar práticas que melhorem sua qualidade de vida.

Além disso, a educação financeira ajuda a desenvolver o bem-estar financeiro, considerando que uma má gestão do dinheiro pode impactar negativamente a saúde mental. Por isso, ensinar crianças desde cedo a lidar com dinheiro as prepara para possíveis dificuldades financeiras futuras, proporcionando uma base de conhecimento que as capacita a tomar decisões

inteligentes e responsáveis à medida que crescem. Assim, a educação financeira não só promove habilidades práticas, mas também contribui para a formação de cidadãos mais preparados e conscientes, alinhando-se aos princípios formativos gerais da educação.

3.2 Educação Financeira no Brasil

No Brasil, a Educação Financeira é uma temática recente, que começou a ser estruturada de forma mais efetiva a partir da última década. Em 2010, o governo lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Este decreto, assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, instituiu a ENEF e estabeleceu as normas para a sua gestão.

O objetivo principal da estratégia era promover a educação financeira e previdenciária, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a solidez do sistema financeiro nacional. O foco da ENEF estava no desenvolvimento e implementação de programas voltados para três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos, contemplando diferentes necessidades e etapas da vida (Estratégia Nacional de Educação Financeira, 2010).

Entretanto, o Decreto nº 7.397 foi posteriormente revogado pelo Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que ajustou as diretrizes da ENEF às novas políticas públicas de educação e inclusão financeira, marcando uma nova fase para a iniciativa.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, incluiu competências ligadas à educação financeira no ensino fundamental, priorizando habilidades como o consumo consciente, o planejamento financeiro e a avaliação de riscos. Essas mudanças refletem uma tentativa de integrar a educação financeira ao cotidiano das escolas, promovendo um aprendizado prático e contextualizado.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a Educação Financeira é tema obrigatório que tem como objetivo contribuir com os estudantes nas questões financeiras de maneira consciente, crítica e reflexiva

A BNCC institui a Educação financeira nas escolas como tema transversal.

Desta forma temos:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, educação financeira e fiscal. [...] (BNCC, p.18).

A importância da Matemática Financeira está fundamentada pela necessidade que o cidadão no mundo atual tem. A relevância do estudo da Educação Financeira está sustentada na norma pela necessidade que o cidadão do mundo atual tem em desenvolver novas habilidades:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (BNCC p.568).

Em muitos municípios do Brasil já existem leis instituindo a Educação Financeira em seus currículos escolares, a exemplo tem lei nº 5.841, de 4 de dezembro de 2023 no município de Passo Fundo Rio Grande do Sul (Lei Ordinária 5841 2023 de Passo Fundo RS), Lei nº 6.445, de 18 de setembro de 2023 do estado do Amazonas.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 2747/24 do Deputado Federal Marcos Tavares do PDF do Rio de Janeiro.

Apesar desses avanços, o Brasil enfrenta desafios significativos. Segundo Souza e Almeida (2022), a desigualdade social e a baixa inclusão financeira dificultam a aplicação ampla e efetiva da educação financeira, especialmente em comunidades mais vulneráveis. Assim, embora a ENEF e a BNCC representem passos importantes, sua efetividade depende de uma articulação mais ampla entre políticas públicas e iniciativas de inclusão financeira, principalmente em contextos de maior vulnerabilidade.

A relevância da Educação Financeira pode ser compreendida à luz do disposto no Art. 1º da Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996, Art. 1º)

Ensinar Educação Financeira nas escolas é, portanto, uma parte crucial do currículo, pois não apenas prepara as crianças para o mundo mais amplo, mas também contribui para melhorar sua alfabetização financeira. Ser financeiramente alfabetizado permite que a sociedade entenda como organizar suas finanças, além de construir confiança na gestão do dinheiro na vida adulta.

Essa vinculação com a prática social, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que, em seu artigo 2º, estabelece "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", reforça a necessidade de trabalhar a educação financeira como uma forma de preparar os estudantes para lidar com desafios econômicos, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Ensinar crianças desde cedo a lidar com dinheiro as prepara para possíveis dificuldades financeiras futuras, proporcionando uma base de conhecimento que as capacita a tomar decisões inteligentes e responsáveis à medida que crescem. Assim, a educação financeira não se limita ao desenvolvimento de habilidades práticas, mas também desempenha um papel fundamental na compreensão e no gerenciamento eficiente dos recursos financeiros.

3.3 Educação Financeira na Infância

A Educação Financeira Infantil é a prática de ensinar finanças pessoais desde os primeiros anos de vida, com o objetivo de construir hábitos e valores que promovam uma relação saudável e consciente com o dinheiro. Segundo Serasa Experian (2024), "educação financeira infantil é a prática de ensinar finanças pessoais ainda na infância. A ideia é que quanto antes as crianças aprenderem sobre o dinheiro, melhor será a relação delas com as finanças no futuro". Essa abordagem busca não apenas preparar as crianças para administrar seus recursos, mas também contribuir para a formação de cidadãos críticos e responsáveis em uma sociedade consumista.

As bases da relação com o dinheiro são estabelecidas ainda na infância. Como afirma D'Aquino (2010):

As bases da relação com o dinheiro são construídas ainda na infância. Evidente que nada é tão definitivo em relação à falta de jeito para lidar com

as finanças que não se possa, no decorrer da vida, consertar e aprender. Mas o ideal é receber, ainda criança, educação em relação ao dinheiro. (D'Aquino, 2010, p. 1)

Dessa forma, é fundamental que as crianças tenham contato precoce com conceitos como poupança, consumo consciente e planejamento, formando um alicerce sólido para decisões financeiras futuras.

D'Aquino (2010), defende que os hábitos financeiros adquiridos nos primeiros anos de vida tendem a influenciar significativamente as escolhas futuras, sendo importante que as crianças sejam orientadas desde cedo sobre como gerenciar dinheiro. Essa abordagem, quando trabalhada de maneira prática e contextual, ajuda a construir valores como planejamento, autonomia e consciência crítica, preparando os pequenos para enfrentar os desafios econômicos em uma sociedade cada vez mais consumista.

Além disso, educar financeiramente as crianças é visto como uma medida essencial para prevenir problemas futuros relacionados à má gestão de recursos financeiros. De acordo com o Sebrae Previdência (2014):

É cada vez mais claro como algo relacionado com posturas, valores e atitudes que possam resultar em boa condição financeira para conquistar melhorias na qualidade de vida, presente ou futura, e melhorar a gestão dos recursos financeiros que passam pelas mãos de todo trabalhador. Prover educação financeira aos filhos está se tornando tão essencial quanto vaciná-los. Afinal, se parte dos males da vida moderna estão associados ao estresse e parte significativa das causas disso está relacionada com questões financeiras, natural que se invista na prevenção das causas e não apenas no tratamento dos sintomas ou das consequências. (SEBRAE, 2014, p.10)

Essa reflexão destaca como a formação financeira desde cedo contribui não apenas para a vida econômica, mas também para o bem-estar social. Contudo, a realidade brasileira revela desafios nesse contexto. De acordo com um estudo do Ibope (2020), divulgado pelo Serasa Experian (2023), "apenas 21% dos brasileiros de classes A, B e C com acesso à internet tiveram educação financeira durante a infância". Esse dado reforça a necessidade de iniciativas que integrem a educação financeira aos currículos escolares, além de conscientizar as famílias sobre a importância de seu papel nesse processo.

Na educação infantil, pode ser introduzida de forma lúdica, utilizando histórias, jogos e situações cotidianas que ajudam as crianças a compreenderem a importância de gerenciar recursos. Além disso, essa prática está alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incentiva a abordagem de temas

transversais conectados à realidade dos estudantes. Ao proporcionar às crianças ferramentas para compreender e administrar seus recursos, a escola e a família desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades que as ajudarão a enfrentar desafios econômicos no futuro.

A introdução da educação financeira na infância contribui para a construção de valores e hábitos que podem se estender por toda a vida. Nesse estágio, as crianças começam a distinguir necessidades de desejos e a entender o valor do dinheiro, o que favorece a tomada de decisões e a noção de responsabilidade.

Por meio de atividades lúdicas, os conceitos financeiros são assimilados de maneira leve e natural, promovendo um aprendizado significativo. Essa abordagem está alinhada aos princípios da BNCC, que valoriza o desenvolvimento de competências socioemocionais e práticas desde os primeiros anos de vida.

3.4 A Importância da Alfabetização e Letramento Financeiro

A alfabetização e o letramento financeiro são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades financeiras que auxiliam na tomada de decisões conscientes e na promoção de uma vida econômica mais estável.

O Banco Central do Brasil (2023) destaca que “para fazer boas escolhas no uso do dinheiro no dia a dia, é preciso ter letramento financeiro, que é um conjunto de conhecimentos, atitudes e comportamentos adquiridos por meio da educação financeira”. Essa definição enfatiza o papel do letramento financeiro como uma combinação de habilidades práticas e comportamentos que promovem decisões mais sólidas e planejadas.

De acordo com a OCDE/Infe (2022):

O letramento financeiro é a combinação de consciência financeira, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e alcançar o bem-estar financeiro individual. (OCDE/Infe, 2022)

Essa abordagem integral busca não apenas ensinar conceitos, mas também transformar atitudes e comportamentos, promovendo uma relação mais saudável com o dinheiro.

Segundo Natallya, Levino e Anderson dos Santos, “a alfabetização financeira é compreendida como um termo mais amplo do que a educação financeira, envolvendo três dimensões básicas: o conhecimento, a atitude e o

comportamento financeiro” (Levino; Santos, 2019, p. 12). Essa abordagem mais ampla é essencial para transformar o aprendizado teórico em práticas cotidianas que contribuem para evitar armadilhas como o consumismo excessivo e o endividamento descontrolado.

Os autores afirmam que, “o processo da educação financeira não trata apenas de uma fórmula a ser seguida ou uma ferramenta financeira, mas tem como objetivo tornar o cidadão mais ciente para uma tomada de decisão” (Levino; Santos, 2019, p. 12). Isso reforça que tanto a alfabetização quanto o letramento financeiro devem capacitar os indivíduos para lidar com os desafios econômicos do presente e do futuro, promovendo comportamentos responsáveis e planejados.

Além disso, os autores enfatizam que a falta de conhecimento sobre conceitos financeiros leva muitas pessoas a tomarem decisões baseadas em opiniões de terceiros ou em influências do mercado financeiro, muitas vezes com consequências prejudiciais (LEVINO; SANTOS, 2019). A aplicação prática do letramento financeiro, portanto, torna-se indispensável para garantir escolhas mais conscientes e alinhadas às necessidades individuais.

Assim, alfabetizar e letrar financeiramente desde cedo não é apenas uma necessidade educacional, mas um investimento que impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas, ajudando-as a evitar o endividamento e a construir um futuro financeiro mais sólido e sustentável.

A família tem um papel muito importante na educação financeira das crianças no seio familiar que os conceitos de valores, sobre lidar com dinheiro que se inicia esta relação com o dinheiro e isto poderá diminuir riscos de conflitos financeiros e desenvolver ao longo do tempo uma conscientização financeira na criança.

4 COMO LIDAR COM O DINHEIRO

Ensinar as crianças a lidarem com o dinheiro envolve mostrar a importância de planejamento e organização. Aprender a lidar com o dinheiro é essencial para garantir uma relação saudável com as finanças. A compreensão de onde o dinheiro vem e como ele deve ser gerido pode ajudar desde crianças até adultos a tomar decisões financeiras mais planejadas.

Historicamente, o dinheiro passou por várias transformações até chegar ao formato que conhecemos hoje. Segundo Darla Lopes (2023), em uma cartilha de

educação financeira, “há muitos anos os homens não usavam dinheiro. Quando precisavam de algo que não era produzido na sua aldeia, TROCAVAM com a aldeia vizinha. Essa troca se chama “ESCAMBO” (LOPES, 2023 p. 5). Com o tempo, os metais preciosos começaram a ser usados como moeda de troca, evoluindo para o papel moeda que utilizamos atualmente. Compreender essa origem ajuda a valorizar o dinheiro e o esforço necessário para obtê-lo.

No ambiente familiar, é importante compreender que o dinheiro utilizado para sustentar o lar provém do trabalho realizado pelos adultos da casa. De acordo com Lopes (2023), as crianças, por não poderem trabalhar, dependem dos adultos para suprir as necessidades do lar. A autora também destaca que a escolha da profissão deve considerar não apenas a satisfação pessoal, mas também como essa atividade pode contribuir para trazer coisas boas ao mundo e beneficiar a sociedade. Assim, o trabalho é valorizado como fonte de renda e como uma forma de realizar impactos positivos na comunidade.

Gerenciar o dinheiro de forma inteligente é essencial para alcançar objetivos e realizar sonhos. Poupar, por exemplo, é uma prática indispensável. Lopes (2023, p.24) destaca, “não importa quanto você ganha, mas como você utiliza esse valor. O importante é gastar sempre menos do que você ganha, assim sobra dinheiro”. Essa prática estimula o planejamento e o consumo consciente, promovendo uma relação mais sustentável com os recursos financeiros. Além disso, a autora afirma que separar parte da renda para metas e sonhos é uma maneira eficaz de garantir realizações futuras.

Portanto, lidar com o dinheiro de forma consciente envolve compreender sua origem, valorizar o trabalho como fonte de sustento e adotar hábitos financeiros saudáveis, como poupar e planejar. Essas ações não apenas ajudam a atingir objetivos, mas também constroem uma base sólida para a estabilidade financeira.

4.1 Consumo Consciente

Promover o Consumo Consciente na infância é essencial para formar cidadãos comprometidos com a sustentabilidade e o bem-estar coletivo. Desde cedo, é importante ensinar as crianças a refletirem sobre o impacto de suas escolhas de consumo, questionando se realmente necessitam de determinado item ou se há alternativas mais sustentáveis. Atividades como reutilizar materiais, evitar

o desperdício e discutir sobre reciclagem podem ser integradas à rotina escolar e familiar. Além disso, o consumo consciente também envolve valorizar experiências em vez de objetos, incentivando práticas que promovam o bem-estar sem recorrer ao consumismo excessivo.

Lopes (2023) ressalta que:

O consumo consciente é um consumo sustentável, que se preocupa com um mundo melhor, uma atitude que se preocupa com os outros, que sabe por que comprou e se importa com os impactos negativos de consumir sem consciência. (Lopes, 2023, p. 23)

Nesse sentido, a educação financeira é uma ferramenta importante para incentivar alunos a serem consumidores conscientes, entendendo a diferença entre necessidades e desejos, pesquisando antes de realizar uma compra e considerando os impactos financeiros e ambientais a longo prazo.

No contexto educacional, o consumo consciente é um tema relevante para estimular a reflexão crítica sobre como consumimos bens e serviços. Essa abordagem busca evitar desperdícios, promover a sustentabilidade e priorizar valores que vão além do materialismo.

A educação financeira voltada para o Consumo Consciente consiste em um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitam os indivíduos a tomar decisões financeiras de forma responsável. Esse processo deve começar na infância, quando as crianças estão começando a compreender noções básicas sobre dinheiro, como o valor das moedas e notas, a importância de poupar e a distinção entre necessidades e desejos.

D'Aquino (2003, p. 3) observa que “paciência, a isso se dá o nome de educar, é exigência obrigatória de nosso ‘contrato’ como pais. É isso que garantirá, no futuro, filhos equilibrados, responsáveis e maduros em relação ao dinheiro, prontos para tomar as rédeas das próprias vidas”. Assim, educar para o consumo consciente é também um compromisso familiar, que exige diálogo, exemplo e prática.

Nesse contexto, Freire (1996), destaca que “a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (FREIRE 1996, p. 18). Não basta ensinar conceitos ou transmitir regras; é necessário estimular nas crianças a capacidade de questionar o sistema de consumo vigente, as pressões culturais e as consequências sociais e

ambientais de suas escolhas. Essa curiosidade crítica, quando bem trabalhada, fomenta uma visão mais ampla e transformadora, permitindo que os alunos compreendam suas responsabilidades individuais e coletivas no consumo.

A educação financeira, alinhada a essa abordagem, deve promover um ambiente onde as crianças possam explorar e refletir sobre o consumo consciente de forma conectada às suas vivências. Ao estimular a autonomia desde cedo, contribuimos para formar consumidores informados e responsáveis, capazes de enfrentar desafios financeiros com ética e sustentabilidade.

Freire (1996) também destaca que a coerência entre o discurso e a prática dos educadores é fundamental para promover a autonomia dos alunos. Para ele, um educador verdadeiramente comprometido deve combater a hipocrisia e o elitismo, respeitando e estimulando a curiosidade crítica das crianças. Essa postura é essencial para que a educação se torne um instrumento de transformação social, embora não seja o único caminho. Dessa forma, ao integrar práticas de consumo consciente e educação financeira desde a infância, contribuimos para formar cidadãos preparados para agir com responsabilidade e comprometimento diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Segundo o SEBRAE (2014):

É cada vez mais claro como algo relacionado com posturas, valores e atitudes que possam resultar em boa condição financeira para conquistar melhorias na qualidade de vida, presente ou futura, e melhorar a gestão dos recursos financeiros que passam pelas mãos de todo trabalhador. (SEBRAE, 2014, p. 10)

Essa definição destaca a importância de adotar posturas e atitudes financeiras saudáveis para alcançar uma gestão eficiente dos recursos e, assim, melhorar a qualidade de vida. SEBRAE (2014) também defende:

A educação financeira infantil deve ir, e vai, além da simples preocupação com o ensinar sobre o manuseio de dinheiro, a começar pela necessidade de conscientização sobre a importância relativa do dinheiro e das riquezas na vida das pessoas. Há muitas coisas e valores mais importantes do que o dinheiro, claro! Mas isso não reduz a importância dele em nossas vidas. (SEBRAE, 2014, p.4)

Incorporar essa perspectiva à educação desde a infância é essencial para que as crianças desenvolvam uma compreensão clara sobre o impacto de suas decisões econômicas e a importância de administrar recursos de forma eficiente. Esse aprendizado não apenas favorece um futuro financeiro mais equilibrado, mas também contribui para a adoção de hábitos financeiros mais conscientes e responsáveis.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, tem uma abordagem qualitativa, pois nesta abordagem se constitui em um caminho útil para a práxis crítica e para o aprofundamento do conhecimento, onde se trabalha valores, crenças, análise e interpretação das opiniões e atitudes de todos os envolvidos no processo.

Conforme Brandão (2001):

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa. (Brandão, 2001, p.13)

A pesquisa qualitativa apresenta-se como a abordagem mais adequada para compreender as dinâmicas e os significados atribuídos pelos sujeitos à educação financeira na infância. Conforme Brandão (2020, p. 51), na pesquisa de natureza qualitativa “o pesquisador se constitui como sujeito principal e foca o seu trabalho, na interpretação da realidade considerando os valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões dos sujeitos.”

Essa abordagem permite que o pesquisador se envolva diretamente no processo interpretativo, analisando as experiências, crenças, hábitos, representações e opiniões dos participantes. Dessa forma, a metodologia não se limita a quantificar dados, mas busca interpretar a realidade em sua complexidade, promovendo um entendimento mais profundo sobre os fenômenos estudados.

No contexto deste trabalho, a escolha da abordagem qualitativa justifica-se pelo objetivo de explorar o impacto da educação financeira na formação de hábitos e comportamentos das crianças, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o tema, como os aspectos sociais, culturais e educacionais. A natureza interpretativa da pesquisa qualitativa possibilita captar as subjetividades dos sujeitos, suas percepções sobre consumo consciente e a influência de práticas educativas no desenvolvimento de suas atitudes financeiras

Utiliza-se da pesquisa bibliográfica, onde buscou-se trabalhos já publicados de qualidade científica, de autores renomados e documentos produzidos por instituições e órgão com credibilidade no meio acadêmicos, tais como Brandão (2001), D’Aquino (2003, 2010), SEBRAE (2014), SERASA (2024), FREIRE (1996), BNCC (2017, 2018), dentre outros.

Andrade (2010) diz que:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas. (Andrade, 2010, p. 25)

Conforme já descrito acima, a pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, desta forma, é importante que o pesquisador tenha domínio de leitura e habilidade na interpretação de texto e na escrita, pois neste tipo de metodologia, o pesquisador precisa fazer muitas leituras, reflexões e construir textos a partir dos estudos realizados.

Além disso, a pesquisa bibliográfica possibilita o diálogo com autores renomados e com documentos de instituições respeitadas, assegurando a credibilidade e a relevância das informações utilizadas. Esse processo fomenta a construção de conhecimento de forma estruturada e consistente, ao mesmo tempo em que incentiva o desenvolvimento de habilidades analíticas e reflexivas por parte do pesquisador. Assim, esta investigação não se limita a identificar problemas e desafios, mas também busca apontar caminhos para a implementação de práticas educativas mais conscientes, alinhadas às demandas contemporâneas e à formação integral dos indivíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira na infância surge como uma necessidade primordial para a formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para enfrentar os desafios econômicos da sociedade contemporânea. Durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível perceber que, ao abordar o tema desde a educação infantil, não apenas se promove o entendimento sobre a importância da gestão de recursos financeiros, mas também se contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e valores éticos.

Fica evidente que práticas pedagógicas que incentivem o consumo consciente e a alfabetização financeira são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças. A introdução de conceitos financeiros básicos, como

poupança, planejamento e distinção entre necessidades e desejos, contribui para a construção de uma base sólida de comportamentos financeiros responsáveis.

A integração da educação financeira ao currículo escolar, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um avanço significativo no cenário educacional brasileiro. Contudo, para que esta abordagem seja efetiva, é indispensável a participação conjunta da escola e da família, que desempenham papéis complementares nesse processo formativo.

Diante disso, conclui-se que a educação financeira, além de ser uma ferramenta essencial para a vida prática, é um importante instrumento de transformação social. Ao formar indivíduos mais conscientes e capacitados para tomar decisões financeiras responsáveis, é possível não apenas promover a qualidade de vida individual, mas também contribuir para uma sociedade mais sustentável e equitativa.

Este estudo reforça a importância de políticas públicas que incentivem a educação financeira desde a infância e sugere a continuidade de pesquisas e iniciativas que aprofundem o impacto dessa prática no desenvolvimento das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Letramento financeiro**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/letramento_financeiro. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRANDÃO, R. J. B. Estatística e Probabilidade na Formação do Engenheiro Civil. In. Engenharia 4.0: a era da produção inteligente / Eduardo Mendonça Pinheiro, Glauber Tulio Fonseca Coelho, Patrício Moreira de Araújo Filho (Org.). São Luís: Editora Pascal Ltda, 2020

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Revoga o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, e dispõe sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 10 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e estabelece normas para sua gestão. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 23 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

D'AQUINO. **Ganhei um dinheirinho, O que posso fazer com ele?**. São Paulo: Moderna, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

JERA CAPITAL FAMILY OFFICE. Da Antiguidade à Era Digital: **A História do Planejamento Financeiro**. Disponível em: <<https://jeracapital.com.br>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

KUHLMANN JR., Moisés. **Educando a infância brasileira. Educação & Sociedade**, Campinas, n. 74, p.77-96, abr. 2001.

LEVINO, Natallya de Almeida; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos. **Finanças pessoais para iniciantes**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2019.

LOCKE, John. **Alguns Pensamentos Sobre A Educação**. São Paulo: Leya, 2019.

LOPES, Darla. **Cartilha de educação financeira**. Brasília: IBEF, 2023.

MONTESORI, Maria. **A criança**. Tradução de Araci Barros Cavalcanti. São Paulo: Editora Nórdica, 1976.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação infantil: história e política**. São Paulo: Cortez, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Toolkit para medir alfabetização e inclusão financeira**. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da educação**. Tradução de Roberto Nogueira Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEBRAE, Previdência. **Educação financeira infantil**. Fascículo 2. Mais Ativos Serviços De Educação Financeira . São Paulo: 2014.

SERASA EXPERIAN. **Educação financeira infantil: como praticar em casa**. Disponível

em:<https://www.serasa.com.br/blog/educacao-financeira-infantil-como-ensinar-para-os-seus-filhos/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto et al. 6. ed. São Paulo: 1978